

Fixação nas Verbas

Educação
O Conselho de Representantes das Universidades Brasileiras, reunido pela 40ª vez, não inovou a avaliação das suas necessidades e responsabilidades, mas renovou o pedido de aumento de verbas. Ou seja: continua acreditando que o aumento de despesas trará as soluções. Providência para cortar gastos e multiplicar resultados, nenhuma. Nada ao menos para melhorar a pesada relação entre o número de professores e o número de alunos que onera as universidades públicas.

Uma constelação de 70 reitores produziu e entregou ao Presidente eleito um documento definindo a posição da universidade brasileira diante dos problemas que continuam no mesmo lugar. Insistem os reitores em pedir menor ingerência dos órgãos governamentais e maiores verbas. A insuficiente qualidade do ensino superior não é com eles. Deve ser com os alunos.

Autonomia é dispensável pleitear — porque “é inerente à concepção de universidade e não uma outorga do Governo”. Não vão pedir autonomia, porque ela impõe responsabilidade. A outorga admitida e desejada é o aumento das verbas. A ansiedade nacional por mudanças não modificou o hábito de pedir recursos a um país engrenado numa vertiginosa inflação ascendente. Os reitores não mudaram um milímetro a posição de indiferença pela inflação. Continuam a pensar em termos de privilégio administrativo: os sacrifícios são para os outros e não para a universidade.

Mais embaixo também não mudou: o documento produzido pelo Foro Nacional de Secretários Estaduais de Educação não deixa por menos. Pedem os Secretários ao futuro Governo prioridade para o ensino de primeiro grau. Alguém, no entanto, terá que pagar por um programa de oito anos de ensino

gratuito para todas as crianças brasileiras entre 7 e 14 anos de idade. Como a universidade também faz questão de ser gratuita, só em educação fica o Brasil submetido a duas prioridades — o que é, no mínimo, um contra-senso e, no máximo, uma ilusão fatal. Nenhum dos dois será prioritário.

É indispensável e inadiável uma — e só uma — prioridade educacional: ou bem a Nação se dispõe a assegurar o ensino gratuito de primeiro grau ou continuará a manter o privilégio da universidade indiscriminadamente gratuita. Os dois empreendimentos são impraticáveis. Do ponto-de-vista democrático, a gratuidade faz sentido no primeiro grau. As universidades gratuitas garantem o privilégio aos filhos de pais que puderam custear o preparo que lhes deu acesso ao ensino superior. Passam a estudar financiados pelo sacrifício dos que não puderam e ficaram no meio do caminho: nem universidade, nem qualquer alternativa educacional que os prepare para o trabalho.

Se não são possíveis as duas coisas, é preciso fazer a opção: mudar desde logo esta mentalidade que o paternalismo de Estado criou e o clientelismo burocrático defende para a perpetuação dos feudos estabelecidos. Por que o Brasil teria de ser o único país de economia de mercado com a pretensão irreal de assegurar ensino gratuito em todos os níveis? Nem os Estados Unidos, com toda a sua riqueza, pretendem tanto. A estatização da economia brasileira gerou gigantesco déficit e com ele engorda a inflação. É hora de mudar, mas não apenas o Governo. Novos governantes com a mesma mentalidade aculturada no paternalismo estatal não farão jamais deste país uma democracia. Pedir desatentamente maiores recursos, com a inflação que acumula sobre nós nuvens de tempestade, é falta de noção do perigo que já está entre nós.